

... continuação

da aquisição é de R\$16.934, dos quais R\$1.981 foi antecipado até 31/12/2016 (R\$1.616 em 2015) e registrado como adiantamentos para aquisição do terreno. Entretanto, o sucesso da transação está sujeito a várias condições suspensivas previstas no contrato, as quais estão em curso e sendo cumpridas. A expectativa da Cia. é que todas as condições suspensivas sejam extintas até o término do 3º trimestre de 2017, e o processo de aquisição do terreno seja concluído. (iii) Gastos com estudos e legalização: Refere-se aos gastos de estudos, obtenção de licenças e legalizações relacionados ao projeto denominado Marabá e consequentemente foram classificados na rubrica de "imobilizações em andamento". Em 31/12/2016, o saldo de R\$ 3.151 está representado por gastos com honorários advocatícios no montante de R\$ 1.985, e gastos com Serviços Técnicos e Consultoria para a elaboração de estudos; avaliações técnicas de operação de navegabilidade e desenvolvimento de projeto para obtenção de licenças ambientais no montante de R\$ 1.126 e técnicos agrimensores no montante de R\$40. O projeto Marabá-PA tem como objeto a construção e implementação de uma estação de transbordo de carga rodoviária para fluvial com capacidade para descarregar, armazenar e carregar cargas múltiplas de grãos e seus derivados "Empreendimento Portuário".

6. Contas a pagar	2016	2015
ATG Seguros	-	52
Finvest Serviços Financeiros S.A.	-	6
Kazutoshi Shibuya Serviços Técnicos	-	15
Mattos Filho, Veiga, Marrey Jr. e Quiroga Advs (a)	64	1.048
Stephen Ellis Liddard Pout	-	1
Hubert Imóveis e Administração Ltda.	4	-
Liberty Seguros S.A.	36	-
Regus do Brasil Ltda.	5	-
Yunes Participação, Administração	3	-
	<b>112</b>	<b>1.122</b>

(a) Refere-se aos valores a pagar relacionados aos serviços para a celebração do contrato de compra e venda do terreno de

**Búfalo Silos e Logística S.A.**

Marabá-PA - vide Nota 5.iii. **7. Patrimônio líquido** - a) Capital social: Durante o exercício de 2015, foram subscritos 5.535.144 novas ações ordinárias nominativas pelo valor unitário de R\$1 (valor expresso em real) totalizando o montante de R\$5.535 dos quais R\$675 por meio de capital a integralizar, R\$187 de adiantamentos para futuro aumento de capital e R\$4.673 em caixa, conforme assembleias gerais extraordinárias de 10 de fevereiro, 31 de julho e 23/12/2015. Em 14/01/2016, o capital a integralizar foi totalmente integralizado pela Finlog Participações S.A. com a integralização de R\$675. Durante o exercício de 2016 foram feitos aportes de acordo com as Assembleias Gerais Extraordinárias que aumentaram o capital da Cia. em R\$ 8.750 correspondente a emissão de 8.750.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, passando assim o capital de R\$ 5.846 para R\$ 14.596. Portanto, em 31/12/2016, o capital da Cia. subscrito e integralizado é de R\$ 14.596 divididos em 14.596.144 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **8. Resultado financeiro líquido** - O valor de R\$ 77 em 2016 (R\$ 91 em 2015) estão representados por rendimentos de aplicações financeiras em renda fixa.

**9. Despesas gerais administrativas**

Despesas com:	2016	2015
Pessoal	(2.587)	(1.453)
Ocupação	(143)	(125)
Viagens e representações	(189)	(96)
Utilidades e serviços	(29)	(28)
Serviços prestados pessoa jurídica	(2.293)	(1.029)
Anúncios e publicações	(51)	(30)
Seguros	(73)	(70)
Refeições e locomoções	(77)	(45)
Depreciações e amortizações	(4)	(3)
Tributárias	(22)	(53)
Outras	(12)	(60)
	<b>(5.480)</b>	<b>(2.992)</b>

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da **Búfalo Silos e Logística S.A.** - Marabá-PA **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Búfalo Silos e Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Búfalo Silos e Logística S.A. em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para per-

mitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evi-

**10. Contingências** - A Cia. no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciária, cível e ambiental. A Administração apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisões para contingências. Em 31/12/2016, a Cia. não possui processos contingentes que necessitem ser provisionadas, ou divulgados nas demonstrações financeiras. **11. IRPJ e CSLL sobre lucro líquido** - A Cia. apresentou um prejuízo fiscal de R\$ 5.403 em 2016 (R\$ 2.901 em 2015), podendo aproveitá-los na sua integralidade para compensar impostos desta natureza em exercícios subsequentes sem o risco de prescrição. A Cia. optou por não registrar o imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais em decorrência de encontrar-se em fase pre-operacional e por enquanto não havendo perspectivas de lucros tributários para realização do referido prejuízo fiscal. **12. Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros utilizados pela Cia. estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo estando reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras considerando-se os critérios descritos na Nota Explicativa 3 e 4. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Em 2016, a Cia. não efetuou qualquer tipo de operação com instrumentos financeiros derivativos.

**A Diretoria****Sergio Venditti** - Contador CRC 1SP 124.501/O-7

dência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 31 de março de 2017.

**Ernst & Young Auditores Independentes S.S.**

CRC 2SP 015.199/O-6

**Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohta**

Contador CRC 1SP 209.240/O-7

**Protocolo: 166017****SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM SANTARÉM EDITAL**

**O Superintendente Regional do Incra em Santarém,** no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno desta Autarquia, aprovado pela Portaria/P/ Nº49, de 31/01/2017, publicada no Diário Oficial da União nº23, de 01/02/2017, seção I, pág. 11, e pela Portaria INCRA/P/ Nº778, de 08/12/2016, publicada no Diário Oficial da União de 09/12/2016, com fundamento no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e em cumprimento ao Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; TORNA PÚBLICO que tramita na citada Superintendência o Processo Administrativo nº 54100.000755/2005-28, que trata da regularização fundiária das terras do Território Quilombola ARIRAMBA, localizadas no município de Óbidos, estado do Pará. O território ora em processo de regularização é o que consta no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação realizado pela equipe multidisciplinar do INCRA/STM instituída pela Ordem de Serviço/INCRA/SR(01) G/Nº161/2005, de 18/07/2005, Ordem de Serviço/INCRA/SR(30)STM/Nº07/2012, de 17/02/2012, Ordem de Serviço/INCRA/SR(30)STM/Nº14/2012, de 13/03/2012, Ordem de Serviço/INCRA/SR(30)STM/Nº26/2012, de 16/04/2012, Ordem de Serviço/INCRA/SR(30)STM/Nº44/2013, de 06/06/2013, e aprovado pelo Comitê de Decisão Regional, conforme Ata de Reunião Ordinária, de 29/10/2014 (fl. 1.275). A comunidade é composta por 27 famílias e o território identificado e delimitado possui área total de 12.496,2941 ha (doze mil, quatrocentos e

noventa e seis hectares, vinte e nove centiares, quarenta e um ares), perímetro de 107.458,59 m (cento e sete mil, quatrocentos e cinquenta e oito metros, cinquenta e nove centímetros), com os seguintes limites e confrontações: ao norte com Igarapé Ariramba e Flota Trombetas; a leste com Igarapé Murta, Uauaçu e Gleba Paru do Oeste; ao sul com Rio Cumíná e Quilombo Erepecuru; e a oeste com Igarapé Ariramba e Área Remanescente de Quilombo Erepecuru e Lago Grande. No perímetro descrito incide um imóvel, denominado Fazenda Murta.

**Nestes termos,** o INCRA/SR-30-STM COMUNICA aos Senhores detentores de domínio abrangidos pelo perímetro descrito, aos demais ocupantes, confinantes e terceiros interessados que terão o prazo de 90 dias, a partir da última publicação do presente edital nos diários oficiais da União e do Estado do Pará, para apresentarem suas contestações ao Relatório Técnico. As contestações, instruídas com as provas pertinentes, deverão ser encaminhadas para a Superintendência Regional do Incra em Santarém, situada na Av. Presidente Vargas, s/nº - Bairro Fátima, CEP: 68040-060. Informa ainda que, de segunda a sexta-feira, no mesmo local, durante o expediente de 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, o Processo Administrativo nº 54100.000755/2005-28, em cujos autos se processa o feito, estará à disposição dos interessados para consulta.

**Rogério Borges Zardo**

Superintendente Regional - INCRA/SR-30 (STM)

**Protocolo: 165986****SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A. - CNPJ Nº 07.933.914/0001-54 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**O Conselho de Administração da SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.** convoca os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da Companhia, situada na Rodovia-PA 150, Km 425 - Distrito Industrial de Marabá, município de Marabá, Estado do Pará, no dia 17 de abril de 2017, às 10:00 horas, a fim de deliberarem sobre a alteração dos artigos 4º, 23, 24, 25, 26 e 27 do Estatuto Social da Companhia, conforme proposta enviada pelo Conselho de Administração. Marabá (PA), 06 de abril 2017. José Vilmar Ferreira Presidente do Conselho de Administração.

**Protocolo: 165990**

**A empresa CERÂMICA CARIJÓ LTDA,** inscrita no CNPJ nº 34.686.865/0001-75, estabelecida à Rodovia dos Pioneiros, s/n, no município de Paragominas - PA, CEP: 68.625-000, torna público que requereu junto à SEMMA/Ipixuna do Pará, a renovação da Licença de Operação - LO, para atividade de EXTRAÇÃO DE ARGILA FORA DE CORPOS HÍDRICOS, que é realizada à Rodovia PA, BR 010, Km 126, Ipixuna do Pará - PA.

**Protocolo: 165994**